



Revista Científica Hermes

E-ISSN: 2175-0556

hermes@fipen.edu.br

Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil

Raza, Claudio; Cantuaria Lalli, Laurent
A EDUCAÇÃO E O JOVEM FRENTE AO EXIGENTE MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO.

Revista Científica Hermes, núm. 8, enero-junio, 2013, pp. 124-139

Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477647815007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A EDUCAÇÃO E O JOVEM FRENTE AO EXIGENTE MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.

EDUCATION AND YOUNG FACE OF DEMANDING JOB MARKET BRAZILIAN.

Claudio Raza

Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas para Negócio pelo UNÍTALO (Centro Universitário Ítalo-Brasileiro).

Centro Universitário Uninove, Rua Vergueiro, 235/249, Liberdade, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01504-001.

Laurent Cantuaria Lalli

Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas para Negócio pelo UNÍTALO (Centro Universitário Ítalo-Brasileiro).

Centro Universitário Uninove, Rua Vergueiro, 235/249, Liberdade, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01504-001.

RESUMO

O presente artigo aborda uma análise das políticas públicas aplicadas à educação e sua influência no desenvolvimento econômico e na ascensão social do trabalhador brasileiro frente ao mercado de trabalho que exige indivíduos eficientes, economicamente produtivos e em constante aperfeiçoamento profissional. Tem como objetivo geral analisar a eficiência do modelo de Gestão das políticas públicas na educação, no processo de ensino e na preparação do jovem para o mercado de trabalho. A partir dos resultados obtidos neste estudo, pode-se concluir que, existe uma grande lacuna entre as Instituições de Ensino Médio e o Mercado de Trabalho onde verificamos alguns pontos, tais como; como a evasão escolar pelo desinteresse e o distanciamento da teoria e da prática necessária para a inserção do jovem no Mercado de Trabalho e pela falta de integração entre Escola, Empresa e Sociedade. Dessa forma, fica evidente a necessidade de adoção de medidas ou políticas públicas mais eficientes para diminuir esse distanciamento ou falta de preparo do jovem visando o desenvolvimento econômico do país e sua ascensão social.

Palavras-chave: Educação brasileira; Políticas Públicas; Mercado de Trabalho Brasileiro.

ABSTRACT

This article discusses an analysis of public policies applied to education and their influence on economic development and social rise of workers in the Brazilian labor market, which requires efficient, economically productive people in constant training. It aims at examining the overall efficiency of the management model of educational public policies, as well as the teaching process and preparation of young people to the labor market. From the results of this study, we can conclude that there is a huge gap between institutions of secondary education and the labor market; we discussed questions such as how school refusal is caused by disinterest and lack of relationship between theory and practice, required for the insertion of the young in the labor market, as well as the lack of integration among schools, businesses and society. Thus, it is proved necessary to adopt more efficient policies to decrease the distance or lack of preparation of the young to develop the country's economic and bring social development.

Key-words: Brazilian Education; Public Policy; Brazilian Labor Market.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas estão sendo marcadas por profundas alterações no mundo dos negócios e da tecnologia exigindo profissionais mais qualificados, produtivos e com conhecimento das tecnologias de ponta. O mercado de trabalho, cada vez mais exigente busca profissionais à altura das mudanças como condição fundamental para o aumento da qualidade e da produtividade.

O Brasil possuía em 2007, cerca de 50,0 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 26,0% da população. Embora este contingente populacional fosse maior que o das últimas décadas do século XX, período marcado por um extraordinário crescimento demográfico da população jovem brasileira, constata-se que é menor que o de 2006, quando esse grupo etário somava 51,2 milhões de pessoas.

O desemprego se transformou nas últimas décadas em um grave problema das sociedades contemporâneas, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Contudo, o desemprego não atinge todos os grupos sociais de forma homogênea, alguns são mais afetados, tais como os jovens, as mulheres e os indivíduos com mais de 40 anos. Assim, escolheu-se um desses



elementos para análise: os jovens. Esse estudo pretende compreender a relação entre os jovens e o desemprego, bem como analisar as políticas públicas.

A juventude é uma etapa de vida entendida como uma produção histórica, que existe como experiência do seu tempo, como expressão de relações sociais e culturais. Para além desses paradigmas, é preciso entender que não há apenas uma juventude, mas várias, que vivem a condição de ser jovem não somente do ponto de vista biológico, mas de caráter simbólico. Peralva (1997)¹ afirma que as sociedades contemporâneas, especialmente para aquelas onde há maior distribuição de renda per capita, adiam o ingresso do jovem no mundo do trabalho e ampliam o lastro da escolarização, o que contribui para construir um modelo cultural da juventude.

No caso dos jovens, o trabalho deveria ser um meio de integração social e de emancipação da família, contudo no contexto atual, os grupos juvenis se deparam tanto com um desemprego crescente quanto com barreiras quase intransponíveis à inserção no mundo do trabalho. Os jovens que conseguem um emprego, quase sempre se deparam com baixos salários, altas jornadas e condições de trabalho muitas vezes semelhantes às encontradas no início do século XX.

Os jovens buscam a emancipação, a integração e a mobilidade social, seja por meio do trabalho ou das políticas públicas. A agravante é que o mercado de trabalho atual é desfavorável aos jovens, impondo diversas barreiras aos postos de trabalho, e nem sempre as políticas públicas existem ou podem atender a um número significativo de jovens.

O Brasil atual possui um dos maiores desempregos de nossa história. As taxas de desemprego juvenil são superiores às registradas entre os adultos. Desta forma, a empregabilidade dos jovens é um problema conceitual e teórico da pesquisa. Posta assim a questão, é de se dizer que o desemprego pode levar os jovens a utilizarem suas energias em atividades nocivas a sociedade, tais como a prática de atividades violentas e preconceituosas, o ingresso na criminalidade, a utilização de drogas, entre outras. Portanto, o desemprego juvenil é um dos mais graves problemas da sociedade brasileira atual, pois tem reflexos sobre a família e motivou a criação de políticas públicas que objetivam diminuir o grande desemprego entre os jovens. Essas políticas mostram uma preocupação tanto da sociedade civil quanto do Estado em relação às dificuldades enfrentadas pelos jovens para ingressar e se manter no mercado de trabalho. Nesse contexto, a educação é um dos fatores de desenvolvimento econômico e meio de

¹ As idades da vida não são fenômenos naturais, e sim, sociais e históricos, e são plurais. O que é escrito em determinada idade pelo sujeito, está condicionado pelo seu padrão identitário. A história não é estática, é movimento; por isso mesmo, não são imutáveis os hábitos pelos quais transitam os sujeitos. As cores definem identidades e os sujeitos podem transitar entre elas.

ascensão social do indivíduo frente ao mercado de trabalho que exige profissionais que se atualizem constantemente. A pesquisa baseada em fonte secundária de dados, representada por levantamento bibliográfico, procura estabelecer sua importância e desta forma, acredita-se que ao final deste artigo a validação da aplicação de mudanças fundamentais, poderá modificar a situação do desemprego dos jovens brasileiros.

DISCUSSÃO

Conceituação de Juventude.

A juventude é uma fase de transição no processo de socialização dos indivíduos, uma vez que precede a vida social plena. As três ações fundamentais para que os jovens cheguem à vida adulta são: deixar a família de origem; iniciar a vida profissional e, constituir uma nova família. Para a Unesco (2004), a juventude refere-se a um período de mudanças biológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e os gêneros. Entretanto, a juventude é, ainda, uma categoria sociológica que se construiu e se modificou ao longo do processo histórico, econômico e cultural. Na reflexão de Bourdieu (1983), a juventude é apenas uma palavra. O fato “de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (Bourdieu, 1983: 113). Deste modo, na análise de Bourdieu, a categoria juventude é uma manipulação teórica criada para estudo, ou seja, para a análise de uma fração da sociedade. Ao passo que, para Groppo (2000), a juventude é assim, uma criação simbólica, representação construída pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens. Com o intuito de “significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos” (Groppo, 2000: 8).

De igual forma não existe uma juventude, mas várias juventudes: o jovem operário, o jovem bóia-fria, o jovem da periferia, o jovem da classe média, o jovem de baixa renda etc., pois os jovens não são uma unidade social e nem têm interesses comuns. Para a ONU, jovens são os indivíduos da faixa etária entre 15 e 24 anos². Na visão dessa entidade, aos 15 anos, no caso dos jovens, ocorre o início da fecundidade. Ao passo que os 24 anos são considerados a idade que

² O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) classifica os indivíduos que possuem entre 12 e 18 anos de idade como adolescentes. Apenas os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos são especificados como jovens. Em algumas análises, há a classificação adolescente-jovem para os indivíduos entre 15 e 18 anos, e jovem-adulto para aqueles que possuem entre 19 e 24 anos.

normalmente o jovem conclui o curso superior e poderia fazer parte do mercado de trabalho. A definição dessa faixa etária está muito relacionada com a dinâmica dos países centrais e distante de países periféricos.

No Brasil, por exemplo, parcela significativa dos indivíduos ingressa prematuramente no mercado de trabalho, em muitos casos até na infância, e nem sempre chega ao Ensino Superior. Dados do Censo de 2000 indicam que mais de 3 milhões de indivíduos com menos de 14 anos participavam do mercado de trabalho.

Já um estudo PNAD 2007 Primeiras análises do IPEA, a situação é a seguinte:

- Juventude e População:
 - Brasil 2007: 50,2 milhões de jovens de 15 a 29 anos (26,4% da população)
 - Jovens perde importância relativa: 1980 (29,0%); 2010 (26,0%) e 2050 (19,1%)
- Juventude e Educação
 - Menos da metade (48%) frequenta o ensino médio (15 a 17 anos).
 - 44% não concluiu o ensino fundamental (15 a 17 anos).
 - 18% estão fora da escola (15 a 17 anos).
 - 31% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam a escola, sendo que 13% estão no ensino superior.
 - Os jovens analfabetos são 1,7% daqueles com idade entre 15 e 17 anos, 2,4% no grupo de 18 a 24 e 4,3% no de 25 a 29.
- Juventude e mercado de trabalho - Razão desemprego juvenil/adulto
 - 2,9 (taxa de desemprego juvenil 14%; taxa de desemprego adulto 4,8%)
- Desemprego: os jovens representam 63% do total de desempregados do país
 - Faixa etária 2006 2007
 - 15 a 29 anos 63,8% 61,4%
 - 16 a 17 anos 9,6% 9,4%
 - 18 a 24 anos 38,4% 35,6%
 - 25 a 29 anos 15,8% 16,3%

Condição de atividade e estudo por sexo e faixa etária dos jovens no Brasil em 2007 (%)

Faixa Etária	Só Trabalha	Trabalha e Estuda	Só Estuda	Não Trabalha nem Estuda
Homens				
15 a 17 anos	11,4	26,4	54,7	7,4

18 a 24 anos	56,3	17,5	12,1	13,9
25 a 29 anos	78,6	8,7	2,2	10,3
Mulheres				
15 a 17 anos	5,0	17,0	65,9	12,0
18 a 24 anos	36,3	14,9	16,5	32,1
25 a 29 anos	53,7	8,9	4,4	32,8

Neste trabalho, relaciona-se à noção de juventude os conceitos de classe social, faixa etária, inatividade, atividade e mercado de trabalho. Define-se como faixa etária juvenil a fixada pela ONU, entre 15 e 24 anos. Ao relacionar a noção de juventude com O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) classifica os indivíduos que possuem entre e 18 anos de idade como adolescentes. Apenas os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos são especificados como jovens. Em algumas análises, há a classificação adolescente-jovem para os indivíduos entre 15 e 18 anos, e jovem-adulto para aqueles que possuem entre 19 e 24 anos. Uma faixa etária passa a ser importante na formulação de políticas públicas, na elaboração de estatísticas, na definição da idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho e para a responsabilidade penal. No entanto, a juventude é mais do que uma faixa etária, frisa-se também que não é um grupo coeso, já que entre os jovens existem diferentes expectativas, escolaridades, rendas, etnias e classes sociais.

Na visão de Albuquerque (2001), os jovens apresentam comportamentos arrojados, inovadores e lutam por seus objetivos. Ao mesmo tempo em que passam por um período de dificuldades e de comportamentos hedonistas. Do mesmo modo que toda a sociedade, os jovens estão marcados por diferenças de classe, o que influencia os diferentes interesses e nas variadas oportunidades educacionais e ocupacionais. Os jovens podem fazer parte da mesma classe social, contudo vivenciar situações distintas e particulares. Conforme salienta Gouveia (2000), no contexto atual ocorre o alongamento do período juvenil, por causa do aumento do período e do acesso à escolarização. Os jovens são pressionados com as transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Desta forma, cada geração de jovens tem novas expectativas, exigências e interesses. As escolhas e decisões dos jovens dependem das classes sociais em que fazem parte, de suas condições materiais e de suas próprias expectativas ou do grupo familiar.

Entretanto, muitas vezes, os adultos veem os jovens como problemas. Todavia esse grupo unicamente será um problema se for deixado de lado, sem políticas públicas e sem a

compreensão dos adultos e da sociedade de que a juventude é uma fase difícil, de conflitos e mudanças. A todo o momento os adultos pressionam os jovens para que realizem ações que são socialmente aceitas, tais como ter uma ocupação no mercado de trabalho. Na reflexão de Sanchis (1997), a juventude atual transita entre a escola e o desemprego, enfrentando uma realidade desigual quando comparada à de outros grupos sociais. Segundo a OIT (1995), em um mundo de permanente mudança, como o atual, a juventude passa a ter um papel de maior relevância que no passado com relação à construção e transformação da ordem social.

Oportuno se torna dizer que para os jovens serem inativos ou pertencerem a PEA³ (População Economicamente Ativa) há a dependência de 3 fatores: idade mínima de ingresso ao mercado de trabalho; origem familiar dos jovens (os de maior renda tendem a estudar por um tempo maior que os pobres); e as possibilidades de garantia de renda e de proteção social. O Relatório Mundial sobre a Juventude 2005 divulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas) destaca que de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, aproximadamente 200 milhões sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia, sendo ainda que 88 milhões estão desempregados e 10 milhões possuem o vírus HIV⁴.

No Brasil, os jovens representam 20,1% da população⁵, segundo o Censo de 2000. Eles são 34,1 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos. Em termos mundiais, temos a quinta maior população juvenil. Na visão de Sabóia (2005), os jovens brasileiros representam atualmente um grande contingente populacional que necessita de políticas públicas em diversas áreas, em especial em relação à educação, saúde, cultura e oportunidades de emprego.

Em 2003, segundo dados da PNAD, 17,2 milhões de jovens participavam do mercado de trabalho, o que representava aproximadamente 50% da população juvenil. Destes, 61% eram jovens do sexo masculino e 39% do feminino. Neste ano, os jovens representavam 21,7% do total de pessoas ocupadas no Brasil. Contudo, existia uma diferenciação significativa na participação de cada grupo etário juvenil entre os ocupados: 4% tinham idade entre 15 e 17 anos, 4,2% entre 18 e 19 anos e 13,5% eram da faixa etária entre 20 e 24 anos. Mas, os salários e as condições de trabalho dos jovens não eram bons, já que cerca de 40% deles tinha rendimento mensal de até 1 salário mínimo. Em sua grande maioria, 70%, os jovens ocupados trabalhavam mais de 40 horas semanais. Os dados comprovam que parcela significativa dos jovens está subempregada,

³ A PEA é constituída pelos desempregados e por indivíduos que estão empregados. Mas, para ser considerado desempregado pelas pesquisas de desemprego o indivíduo não deve realizar qualquer atividade remunerada, desejar trabalhar e estar dedicado a tarefa de buscar emprego.

⁴ Segundo a ONU, os jovens representam no mundo atual metade dos novos casos de AIDS

⁵ A PNAD destaca que os jovens representavam em 2003 pouco mais de 30 milhões e 322 mil indivíduos

trabalhando longas jornadas e sendo sub-remuneradas. De acordo com Bombach (2004), há um abismo entre o jovem e o mercado de trabalho. Décadas atrás, o mundo do trabalho era uma porta à mobilidade social, atualmente se caracteriza como inacessível a população juvenil.

Na análise de Villela (2005), a crise social da juventude mostra o tamanho do desperdício de talentos, de sonhos e a falta de melhores oportunidades de educação, de trabalho e de lazer. No caso brasileiro, os jovens são as principais vítimas da violência, das mortes por armas de fogo, das disputas entre torcidas de futebol e das brigas de gangues, como mostram dados do IBGE. Por tais razões, os países necessitam ampliar os gastos em políticas públicas para a juventude ou os ideais dos jovens serão reduzidos a pó e pouco será feito para a diminuição da crise social juvenil, mostrando o descaso das sociedades com a população juvenil. As políticas públicas tornariam possível que os jovens não fossem deixados ao seu próprio destino e sujeitos às leis e aos serviços oferecidos pelo mercado.

Conceituação de Desemprego.

A categoria desemprego é resultado de uma construção social, política, econômica, estatística e jurídica, pois a sociedade e o Estado legitimaram o que é estar desempregado e quais ações são realizadas para os trabalhadores que se encontram sem uma ocupação. Essa categoria é indispensável no sentido de se compreender o capitalismo, as relações de classe e de produção. Na visão de Singer (1996), o conceito de emprego⁶ se refere ao grau de inserção da força de trabalho no processo de produção social, além de ser encarado como um meio de se obter uma parcela dos frutos da atividade econômica. Mas, para que a categoria desemprego e o funcionamento do mercado de trabalho pudessem ser entendidos foi criada a taxa de desemprego, que seria a proporção que os desempregados representam dentro da PEA (População Economicamente Ativa). Para chegar a ela realiza-se o seguinte cálculo: divisão da PEA desempregada pela PEA total, que se configura no interior da PIA (População em Idade Ativa).

Não se pode perder de vista que a criação da categoria desemprego, entre o final do século XIX e início do XX, está relacionada com o intuito de tornar racional o funcionamento do mercado de trabalho, na convergência de interesse nas preocupações sociais (pobreza) e produtivistas (assegurar uma mão-de-obra para a produção). Por isso, Costa (2002) afirma que o desemprego deixou de ser visto como uma questão individual e moral passível de caridade ou de castigo e passou a ser interpretado como consequência da desorganização social. Dessa forma, precisa-se destacar que o emprego nas atividades governamentais não depende da produção do

⁶ Precisa-se destacar que o emprego nas atividades governamentais não depende da produção do lucro e assim sendo está sujeito a leis diferentes das que determinam o emprego na economia capitalista.

lucro e assim sendo está sujeito às leis diferentes das que determinam o emprego na economia capitalista. Por outro lado, em proveito daqueles que estão sem emprego seria proporcionado auxílio público, contudo não mais nos modelos da caridade. O auxílio público seria uma ação que tornasse disponível ao cidadão desempregado o acesso a uma renda, tal como o Seguro Desemprego.

Convém ressaltar que o desemprego se expressa por uma mão-de-obra excedente, ou seja, uma condição de não trabalho oposta ao emprego⁷. Desta forma, como destaca Costa (2002), o desemprego é uma situação de ociosidade voluntária ou involuntária enfrentada por pessoas que fazem parte da força de trabalho de um país, o que as deixa à margem do processo produtivo. Para a maioria da população, o emprego significa o principal, ou mesmo único, meio de acesso à renda. Na visão de Keynes (1985), o desemprego é considerado como um fenômeno essencialmente involuntário. Com o intuito de diminuí-lo e assegurar o pleno emprego, os governos necessitariam criar mecanismos para ampliar a demanda efetiva, tais como elevar os patamares de investimentos, em especial realizados pelo Estado, já que não se pode depender apenas da disposição dos capitalistas em investir.

A mão de obra excedente é formada pelo desemprego aberto e por trabalhadores que realizam atividades informais (desemprego oculto), tais como as estratégias de sobrevivência (mercado de trabalho não organizado, não estruturado e informal). Em momentos de expansão do ciclo econômico é provável que seja aumentado o número de indivíduos que estão na condição de desemprego aberto, especialmente pela entrada na força de trabalho de indivíduos que realizavam táticas de sobrevivência ou mesmo o trabalho doméstico. Conforme a PED do SEADE / DIEESE, o desemprego aberto se caracteriza pelos indivíduos que procuraram emprego de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da pesquisa e não exerceram nenhum trabalho nos 7 últimos dias. Entretanto, Pochmann (2000) possui uma visão mais ampla de desemprego aberto, em que corresponderia aos indivíduos que procuram ativamente por um emprego, estando em condição de exercê-lo imediatamente e sem exercer qualquer atividade laboral.

Como nos ensinaram Marx (1985) e Keynes (1985), o capitalismo produz uma mão de obra excedente no que se refere à sua utilização no mercado de trabalho. Porém que não é consequência do comportamento do mercado de trabalho, mas do processo de acumulação do capital. Conforme ressalta Souza (1986), no capitalismo o volume global de produção e emprego

⁷ Entre o final do século XIX e início do século XX, a categoria emprego se consolida como uma inscrição social e jurídica da participação dos indivíduos na produção das riquezas. Entretanto, desde o final do século XX, o emprego passou a não ser mais condição suficiente de integração social (Costa, 2002).

passa por alterações determinadas pelo ritmo do processo de acumulação do capital, o qual está fortemente relacionado ao processo de produção e venda de mercadorias, e não à satisfação de necessidades da sociedade. De acordo com Marx, a acumulação do capital expande a demanda por força de trabalho, a qual tenderia a ‘consumir’ toda a força de trabalho, caso não ocorresse transformações tecnológicas. Por conseguinte, fica evidente a contradição essencial do capitalismo em que apesar do desenvolvimento econômico ocorre liberação da força de trabalho em medida muito maior do que a efetivamente absorvida.

Um outro fator a ser destacado é que as empresas buscam empregar somente a quantidade de trabalhadores que proporcionariam um excedente suficientemente grande em relação ao capital investido para que a taxa de lucro seja ao menos igual à média (Singer, 1996). Ao passo que, para Keynes (1985), o desemprego seria resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços e de poucos investimentos. Portanto, o nível de emprego numa economia depende da demanda efetiva, ou seja, da proporção da renda que é utilizada em consumo e investimento. O emprego e a renda somente podem aumentar continuamente se os investimentos crescerem a uma taxa superior a da própria renda.

Conforme Kober (2004), o desemprego é consequência extrema do processo de transformação pelo qual passa o trabalho. Em suma, o desemprego é um grave problema social passível de política pública, que necessita ser refletido, entendido e solucionado. Pode-se concluir afirmando que o desemprego é um problema coletivo, visto que afeta a família e a sociedade, além acarretar a exclusão do convívio social, amplia o individualismo, a descrença no Estado e na comunidade.

As principais dificuldades enfrentadas pelos jovens⁸

As dificuldades enfrentadas pelos jovens para conquistar o primeiro emprego são um desafio para os programas de formação e inserção profissional. As complexidades envolvidas parecem estar sempre um passo adiante da solução. A pesquisa “Você no Mercado de Trabalho”, lançada em 2008 pela Fundação Getúlio Vargas, com apoio do Instituto Votorantim, mostra que cada ano de estudo que o brasileiro acumula em seu currículo gera um salto médio em seu salário de 15,07%. Movimento semelhante é observado nas chances de ocupação que, seguindo a mesma lógica, aumentam em média 3,38%. O prêmio salarial por anos de estudo (valor em reais acrescido ao salário em decorrência do nível de escolaridade) é sempre crescente e praticamente dobra a cada conclusão de nível educacional. A pesquisa mostra que, de 1992 a 2006, houve uma

⁸ Fonte: Portal Busca Jovem - (Envolverde/Rede Gife)

diminuição da atividade no mercado de trabalho do grupo de 15 a 21 anos e um aumento no grupo de 22 a 29 anos. Para o professor Marcelo Neri, coordenador da pesquisa, essas mudanças podem ser consideradas avanços: “O lugar do jovem de 15 a 21 anos é a escola”, afirma ele. Os dados apontam também que, quanto mais precoce for a inserção do jovem, maior é o risco do sub-emprego, o que dificultará depois a sua ascensão profissional.

A pesquisa “Jovens e Trabalho no Brasil”, lançada em 2008 e desenvolvida em parceria pela Ação Educativa e o Instituto Ibi com apoio técnico do Dieese, afirma que “a população mais nova, com idade entre 14 e 17 anos, é a que se mostra mais sujeita às situações precárias de trabalho, visto que é nesta faixa etária que se verifica a maior incidência daqueles que se declaram como trabalhadores (empregados ou trabalhadores domésticos) sem carteira assinada e trabalhadores no auto-consumo ou autoconstrução e não-remunerados.”

Em entrevista para o Portal, o presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), Ralph Arcanjo Chelotti, afirmou que as empresas vivem em um mundo cada vez mais competitivo, no qual a pressão por resultados é sempre crescente e dramática. “Por essa razão”, diz ele, “muitas esperam que até mesmo os mais jovens apresentem qualificações mínimas. Mas a verdade é que a maioria não tem possibilidade de pagar cursos e dependem de programas públicos de inclusão. Sabemos de todas essas dificuldades, mas se pudesse dar um conselho ao jovem que busca emprego é que ele se prepare ao máximo, buscando oportunidades de formação em centros comunitários, programas de governo, enfim, onde for possível obter alguma preparação. Para os jovens que estão no Ensino Médio, meu conselho é o mesmo que eles ouvem de seus professores: aprendam, melhorem os padrões de leitura, escrita e informação, pois isso vai ser decisivo para ter um emprego no futuro.” “O jovem brasileiro sofre com o círculo vicioso que o condena a uma situação de baixa escolaridade e, portanto, baixa empregabilidade”, prossegue o presidente da ABRH. “Romper esse ciclo depende, muito também do próprio jovem, que precisa investir tempo em sua qualificação. Uma porta de entrada que pode ser interessante é a capacitação de voluntariado, ou seja, ao atuar como voluntário o jovem vai adquirindo a capacitação que o qualificará para um emprego satisfatório.”

Embora a capacitação técnica faça diferença, as empresas que postam vagas no Portal Busca Jovem têm exigido dos jovens habilidades básicas com as quais possam se sair bem no processo de seleção e no ambiente de trabalho: domínio da língua escrita e falada, raciocínio lógico, pensamento crítico, postura adequada, disponibilidade para trabalho em equipe etc. A receptividade do projeto tem sido positiva entre os parceiros formadores, que demandam visibilidade, e parceiros empregadores, que encontravam dificuldade para preencher vagas

voltadas para esse público. Atualmente, o Portal conta com 46 organizações cadastradas, indicadas pelos patrocinadores e apoiadores do projeto. O Portal é também um local de referência sobre trabalho e juventude, com matérias exclusivas sobre tendências dos diversos setores que oferecem oportunidades profissionais para os jovens, além de uma biblioteca virtual com dados sobre a Lei do Aprendiz, nova Lei do Estágio, pesquisas e documentos de referência.

O Desemprego no Brasil nas duas últimas décadas

Conforme Pochmann (2000), a partir da década de 1990, as taxas de desemprego no Brasil chegaram a apresentar dimensões sem paralelo na história brasileira recente. Ao mesmo tempo que ocorre o aumento do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda e em tempo parcial. No contexto atual, o desemprego e a precarização do trabalho não deve ser atribuído apenas a fatores internacionais, tecnológicos ou conjunturais, pois houve uma menor evolução dos postos de trabalho diante da expansão da PEA e baixa eficácia das políticas públicas de emprego.

O desemprego no Brasil passou por mudança de perfil nas últimas décadas, já que não é mais um problema que afeta exclusivamente grupos sociais específicos, pois passa a se multiplicar pela sociedade como um todo. Apesar de afetar com mais intensidade a população jovem e os indivíduos com mais de 40 anos. "Não existe mais estratos sociais imunes ao desemprego no Brasil, que se transformou em um fenômeno de grande proporção" (Pochmann, 2000:106). O desemprego vem atacando a estrutura social brasileira, tendo como consequências o aumento da exclusão, da pobreza e da imobilidade social. Segundo o Atlas da Exclusão Social (2004), os centros metropolitanos do país respondiam em 2000 por 41% do desemprego nacional.

Um outro dado de grande relevância para esta análise é que em 1999, 54% da mão de obra desempregada tinha idade inferior a 25 anos, segundo a PED. Podemos então destacar que, no Brasil, os jovens representam uma parcela significativa dos desempregados. Em 1989, o desemprego dos jovens com idade entre 15 e 17 anos era de 21,9% se expandindo em 1999 para 48,7%, já para a faixa etária dos 18 aos 24 anos a taxa de desemprego em 1989 era de 11,9% chegando em 1999 a 27,5%. A figura 1 abaixo destaca a evolução do desemprego entre as diversas faixas etárias entre 1989 e 1999.

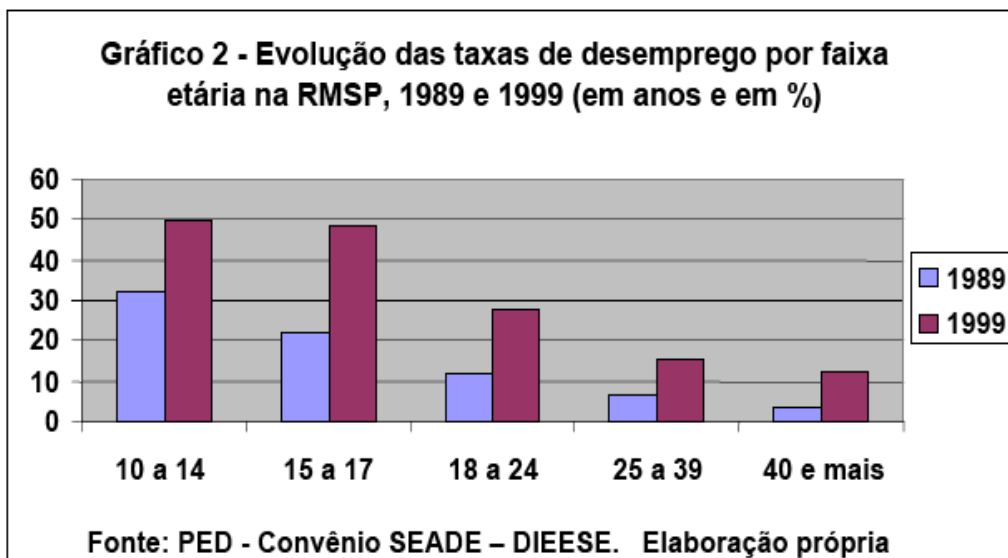


Figura 1 – Evolução das taxas de desemprego por faixa etária.

Pelos dados do gráfico fica claro que todas as faixas etárias passaram por aumento no número de desempregados na década analisada. Contudo, a expansão ocorreu com mais intensidade para a força de trabalho juvenil, o que vem agravando a integração social e as condições de vida e de trabalho dos jovens, quase sempre piores que a dos seus pais.

O Desemprego dos Jovens no Brasil

O desemprego juvenil é um dos graves problemas da sociedade brasileira e um indicador das crises econômica e social do Brasil contemporâneo. Na visão de Quadros (2001), a ampliação do desemprego juvenil seria resultado da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Conforme destaca Bombach (2004), a juventude desempregada enfrenta um momento de desamparo e cerceada pelo fantasma da desilusão. O jovem em busca “de um espaço, de uma inserção social que custa a chegar e que, quando chega, nem sempre representa a situação por ele esperada, ou por seus pais, que nele depositaram a esperança de uma vida melhor” (Bombach, 2004: 67). Por isto, há entre os jovens o medo em relação às perspectivas profissionais e diante de oportunidades escassas, restam aos jovens muitas vezes, ceder a empregos de baixa qualidade, sobretudo aqueles distantes dos instrumentos de proteção social, os postos de trabalho informais, juntamente com o aumento da participação dos jovens nos empregos relacionados ao setor comercial e de serviços, ao mesmo tempo em que ocorreu a diminuição considerável no setor industrial. O setor comercial e de serviços pagam salários menores que a indústria, o que podemos salientar como ampliação da precarização dos postos de trabalho oferecidos à

juventude. Bombach (2004) menciona que a juventude atual possui como plano de carreira estar 'empregada' no dia seguinte.

Os jovens não têm experiência profissional acumulada e nem sempre contam com escolaridade e qualificação elevadas, principais exigências das empresas. Mesmo aqueles que possuem muitos anos de estudo e cursos profissionalizantes enfrentam dificuldades para ingressar e se manter no mercado de trabalho, já que há uma pequena geração de postos de trabalho, além do preconceito dos empregadores com o segmento juvenil, os jovens ainda necessitam conviver com a discriminação etária (além de outras, tais como cor, raça e gênero) não somente dos adultos, mas entre si. A informalidade é manifestada pela desproteção social sem direitos trabalhistas e previdenciários.

A ampliação do desemprego fez os adultos disputarem com os jovens empregos que sempre foram do segmento juvenil. Da maneira que os adultos possuem mais experiência profissional, quase sempre ficam as vagas. Tanto é que muitos empregos que sempre foram de jovens são atualmente ocupados por adultos, tais como office boy, auxiliar de escritório, empacotador e repositor de supermercados, entre outros.

Os jovens enfrentam períodos maiores de desemprego que os adultos e de intervalos entre emprego e desemprego. Na análise de Standing (1982), a criação de poucos postos de trabalho por períodos prolongados tem sérios efeitos sobre a força de trabalho juvenil, fazendo que os jovens tenham poucas oportunidades de conseguir um emprego formal. Nessa situação, os jovens acabam sendo obrigados a aceitar empregos temporários, a tempo parcial e informal, que possuem alta rotatividade de mão de obra. Convém destacar que uma parcela dos jovens quer ingressar na estrutura produtiva com o intuito de ter alguma renda para a sua sobrevivência e de sua família.

Desta forma, o trabalho seria uma questão de necessidade, uma demanda urgente, que tornaria possível mediante um salário o acesso a mercadorias e serviços. Isso é muito claro no caso dos jovens das classes médias e populares. Uma fração dos jovens apenas pode estudar ou prosseguir estudando se trabalharem. Por isso, a disputa por um emprego ou até mesmo por um estágio se torna ainda maior. Ter um emprego ou um estágio pode significar a oportunidade de cursar o ensino médio, um curso técnico, ou até mesmo uma faculdade. Essa situação é típica de um país com má distribuição de renda e ausência de mecanismos que impeçam uma inserção precoce no mercado de trabalho.

A grande tarefa que se coloca para as políticas voltadas ao setor é, portanto, a ampliação da oferta conjugada a melhores condições de acesso para as camadas da população em situação

menos favorável em termos de renda e escolaridade. Se os desafios podem ser facilmente resumidos, sua solução não é trivial.

Com relação à escolaridade, é importante notar que ela representa a maior barreira, pois a qualificação de qualidade pressupõe um determinado nível escolar para sua assimilação. Isso ressalta a necessidade de o ensino profissionalizante guardar uma estreita relação de complementaridade com o ensino básico. Mas não se pode ignorar que há contingentes importantes da população com baixa escolaridade e renda e que necessitam de alguma qualificação para sustentar suas famílias. Para esses, é necessário que haja uma oferta de qualificações possíveis, pouco complexas, porém eficazes para habilitar a uma ocupação. Uma política desse tipo poderia visar a ampliação do acesso dos menos escolarizados às boas instituições de treinamento que, por sua vez, poderiam ser induzidas a criar programas especiais para esses segmentos, inclusive complementados pelo ensino supletivo de educação básica. O ideal é que o desenho de tais programas conte com parcerias. Os desafios, não há dúvida, são grandes. A diversidade de públicos e instituições e das formas como ambos se relacionam com o mercado aponta para a inviabilidade de pensar em estratégias únicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, M.S.L. 2001. A inserção do jovem no mercado formal de trabalho. **Dissertação de mestrado**, Universidade de Campinas, Campinas.
- Bombach, L. 2004. Tu, jovem nefasto – Lendas e fábulas sobre a situação sócio-ocupacional juvenil na RMSP. **Dissertação de mestrado**, Universidade de Campinas, Campinas.
- Bourdieu, P. 1983. **A juventude é apenas uma palavra? Questões de Sociologia**. Marco Zero, Rio de Janeiro.
- Costa, L.S. 2002. O desemprego e seus indicadores. **Dissertação de mestrado**, Universidade de Campinas, Campinas.
- Gouveia, P.F. 2000. **Juventude – adolescente pobre e valor trabalho. Juventude anos 1990**. Contra Capa Livraria, São Paulo.
- Grosso, L.A. 2000. **Juventude**. Difel, Rio de Janeiro.
- IPEA**. Políticas Sociais acompanhamento e análise. Rio de Janeiro, agosto de 2004. - Políticas Sociais acompanhamento e análise. Rio de Janeiro, fevereiro de 2005. - Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise nº 26, fevereiro de 2005.
- Keynes, J.M. 1985. **A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda**. Atlas, São Paulo.

- Kober, C.M. 2004. **Qualificação Profissional: uma tarefa de Sisfo**. Autores Associados, Campinas.
- Marx, K. 1985. **O Capital**. Nova Cultural, São Paulo.
- OIT. 1995. **Capacitación y empleo de jóvenes en América Latina**. OIT, Montevideo.
- Peralva, A. 1997. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação, Juventude e contemporaneidade 5**.
- Pochmann, M. 2000. Márcio. **A Batalha do Primeiro Emprego**. Ed. Publisher, São Paulo.
- Quadros, W. 2001. **O Desemprego Juvenil no Brasil dos Anos Noventa**. Cadernos do CESIT. IE, Campinas.
- Sabóia, J. 2005. **Os Jovens e o Mercado de Trabalho do Brasil**. Coletânea Gelre, São Paulo.
- Sanchis, E. 1997. **Da escola ao desemprego**. Agir, Rio de Janeiro.
- Singer, P. 1996. Desemprego e Exclusão Social. **São Paulo em Perspectiva 10(1)**. SEADE, São Paulo.
- Souza, P.R. 1986. **O Que São Empregos e Salários**. Nova Cultural, São Paulo.
- Standing, G. 1982. El concepto de desempleo estructural. **Revista Internacional del Trabajo. Volume 102(2)**.
- UNESCO. 2004. **Políticas públicas para com Juventudes**. Brasília.
- Villela, M. 2005. Políticas públicas para jovens já. **Folha de São Paulo**, 23 de novembro de 2005. São Paulo.